

Quem serão os adversários do prefeito Alan Guedes nas eleições de 6 de outubro?

Três projetos disputarão o voto do eleitorado douradense: o municipal, de Alan Guedes, o estadual, do PSDB de Reinaldo e Riedel e o nacional, do PT de Lula

A 8 meses das eleições de 2024, o eleitorado douradense tem a sensação de que o prefeito Alan Guedes (PP) disputará um plebiscito – sim ou não quanto à continuação de sua gestão. Afinal, é o único nome confirmado, até aqui, que constará nas cédulas eleitorais a serem depositadas nas urnas, em 6 de outubro. As forças políticas de oposição, principalmente o PSDB e o PT, têm dilemas internos que impossibilitam a apresentação, o quanto antes, dos desafiantes ao atual mandatário municipal.

PÁGINA 3

Gleice Jane concilia atividade política e tratamento médico há 11 meses

Deputada estadual petista assumiu mandato com a morte de Amarildo Cruz, pouco depois de ter ficado paralisada em decorrência da Síndrome Guillain-Barré



Gleice Jane: um mandato comprometido com a transformação social

PÁGINAS 6, 7 e 12

Mariana Rocha:
'Eleições 2024, mais um desafio para a representatividade feminina'

PÁGINA 2

Zé Teixeira:
'Candidato do PSDB será decidido depois de pesquisas'

PÁGINA 3

PT aposta na pulverização de candidaturas para vencer

PÁGINA 4

Racib põe nome à disposição e diz que direita é dispersa

PÁGINA 5

Fernando Baraúna:
'Eleições 2024 e as novas regras eleitorais'

PÁGINA 8

Eleições 2024: 'A importância de planejar a pré-campanha'

PÁGINA 8

Marçal Filho:
'Sou pré-candidato e não abro mão disso'

PÁGINA 9

Creusimar Barbosa:
mandato e pretensões do União Brasil

PÁGINA 10

A MELHOR CARNE PARA SEU CHURRASCO VOCÊ ENCONTRA AQUI!



CASA DE CARNES SIMENTAL



LOJA 1 Rua Toshinobu Katayama, 1020
67 3423-4444 | 67 3423-4545



LOJA 2 Rua Ponta Porã, 215 - Vila Aurora
67 3426-4343 | 67 3426-4444

Eleições 2024: mais um desafio para a representatividade feminina

Mariana Rocha *



Desde a redemocratização do Brasil, vivenciamos uma trajetória marcada por avanços e recuos, mas, especialmente, por esforços, barganhas e negociações entre atores dos mais variados campos políticos de nossa sociedade, para o fortalecimento de espaços e ritos republicanos e democráticos.

Dentre estes avanços está a regulamentação do estímulo à participação feminina por meio da cota de gênero, previsto na legislação brasileira há 26 anos, mais exatamente no artigo 10 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) e que só passou a ser obrigatória a partir de 2009 quando a Lei nº 12.034 chamada de primeira minirreforma eleitoral tornou obrigatório que cada partido ou coligação preencha o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

O desafio é grande, até porque a participação da mulher na política é recente se comparada à participação masculina, vale lembrar que no Brasil, apenas em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, o direito de voto foi concedido às mulheres, embora inicialmente restrito a mulheres casadas e com renda própria. Somente em 1934, o voto feminino foi estendido a todas as mulheres.

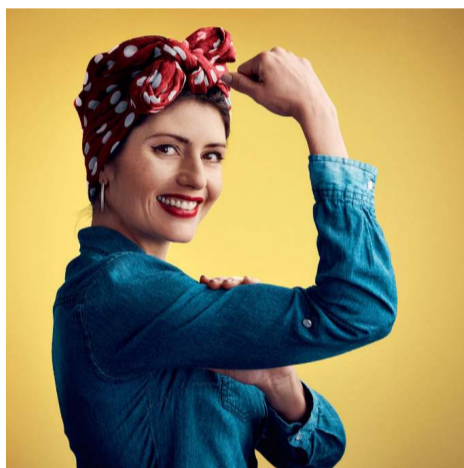
E se as mulheres começaram a votar muito depois dos homens, ser eleita é um desafio ainda maior. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições municipais de 2020, 5.568 municípios elegeram representantes para as prefeituras, do total, mais da metade (63%, ou aproximadamente 3,5 mil municípios) não apresentaram candidaturas femininas.

Quase cinco mil municípios (88% do total) não elegeram mulheres prefeitas, já nas cadeiras legislativas 13% dos municípios (704 em números absolutos) não tiveram candidatas eleitas para o cargo de vereadora.

Segundo o Instituto Alziras, uma or-

ganização que tem como objetivo ampliar e fortalecer a presença de mulheres na gestão pública, em 2020, para cada candidata mulher, havia 9 candidatos homens à prefeitura e mais da metade dos municípios do país não contou com a presença de mulheres na disputa para o poder executivo, principalmente as cidades de menor porte.

Ainda nas eleições de 2020, os dados mostram que 30 municípios brasileiros elegeram a primeira mulher vereadora em 20 anos e há ainda, mais de 20 municípios no Brasil que não elegem mulheres para suas câmaras legislativas desde 2000.



As cotas nas chapas para candidatas mulheres

A cota de gênero é uma política afirmativa que tem como objetivo colaborar com a participação das mulheres nas eleições, combatendo a exclusão e a sub-representatividade feminina, garantindo que as mulheres possam participar dos pleitos eleitorais para ocupar espaços de poder.

As cotas de gênero estão previstas no art. 10, §3º, da Lei nº 9.405/1997 e são instrumentos que vêm sendo utilizados desde a década de 70, inicialmente, foram instituídas por países europeus, para promover a inclusão das mulheres nos espaços formais de poder, tratam-se, por excelência, de verdadeiras ações afirmativas.

Funciona assim: cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo nas eleições, se prestar atenção as cotas recaem sobre “candidaturas” e não sobre as vagas em si. Vale destacar que embora tenha sido criada em 1997 a obrigatoriedade das candidatu-

ras de mulheres só veio em 2009, com a Lei 9.504 que estabeleceu a chamada “minirreforma” eleitoral.

Na lei anterior havia a obrigação da reserva de vagas, porém não do preenchimento. A nova lei mudou o termo “deverá reservar” para “preencherá”, obrigando o preenchimento das vagas por candidatura de cada sexo.

O cumprimento das cotas de gênero é uma obrigação de registrabilidade eleitoral imposta pela legislação às agremiações partidárias/coligações, obrigação esta que deve ser observada no momento da formalização do pedido de registro, sob pena de este não ser deferido.

“O FENÔMENO DAS MULHERES SEM VOTO É RESULTADO DIRETO DE UM TIPO DE FRAUDE ELEITORAL, CONHECIDA, POPULARMENTE, COMO CANDIDATURAS LARANJAS.”



Candidaturas Laranjas

As candidaturas laranjas ou fictícias ocorrem quando partidos registram candidatas mulheres apenas para preencher a quota eleitoral e viabilizar o percentual máximo de candidaturas masculinas. O fenômeno das mulheres sem voto é resultado direto de um tipo de fraude eleitoral, onde a intenção é burlar a Lei de Cotas nas eleições proporcionais com candidaturas femininas fictícias, conhecidas popularmente como candidaturas laranjas.

Em meio a dezenas de promessas, as candidatas mulheres acabam refém de partidos que não dão suporte e usam o nome destas mulheres para eleger homens. Infelizmente, a política ainda está enraizada no mundo masculino e mergulhada em preconceitos e sexismos, há pouca aceitação das mulheres.

De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, constatada a fraude de gênero, duas ações são cabíveis: a ação de impugnação de mandato eletivo (AIME) e a ação de investigação judicial eleitoral (AIJE). Ambas as



ações podem ser propostas pelo Ministério Público, pelos partidos ou coligações

Alguns elementos, segundo os tribunais, podem ajudar na identificação de candidaturas laranjas: votação inexpressiva ou mesmo zerada das candidatas; indícios de ‘maquiagem contábil’, com todas declarando os mesmos gastos e as mesmas receitas; a existência de familiares homens concorrendo ao mesmo cargo das candidatas e com elas atuando em prol das candidaturas deles; e ausência de qualquer ato de campanha eleitoral.

Violência Política de Gênero

Com a maior participação delas na política também crescem os números de denúncia de violência contra mulheres democraticamente eleitas. Ofensas, assédio moral, cerceamento de fala, ameaças de morte, violência física, importunação sexual, tentativas de assassinato e casos de consumação violenta da morte, como foi o caso da vereadora eleita pelo Rio de Janeiro, Mariele Franco assassinada em 2018, que representava uma força feminina, a quinta parlamentar mais votada da câmara de vereadores da Capital mais importantes do Brasil.

A violência política de gênero não apenas prejudica diretamente as afetadas, mas também tem um impacto negativo na democracia e na representatividade, uma vez que leva dezenas de mulheres a desistirem de buscarem cargos políticos e contribui para a manutenção de sistemas de poder desiguais. Em 2024, haverá mais uma chance de virar o jogo para as mulheres, mais um desafio importante para a representatividade feminina.

(*) Jornalista da Folha de Dourados, graduada pela UFRJ, escritora, consultora de campanhas políticas e institucionais, roteirista de conteúdo para redes sociais e comunidades digitais. Fundadora da Anexa Consultorias, foi gestora de Políticas Públicas para Mulheres do município de Dourados.

EXPEDIENTE

folha de dourados

CNPJ 08.792.017/0001-30

Especial
Eleições 2024

José Henrique Marques
Diretor e jornalista responsável
DRT/MS 192

Fernanda Garcia
Diretora-comercial

Eduarda Souza
Produção

Juliel Batista
Jornalista

Mariana Rocha
Jornalista

Severiano Ramos
Arte-finalista

Adélia Ortega
Auxiliar-administrativa

www.folhadedourados.com.br

Rua Milton Rocha, 135, BNH 2 / CEP 79830220 - Dourados-MS

Afinal, quem serão os adversários do prefeito Alan Guedes?

Três projetos disputarão o voto do eleitorado douradense: o municipal, de Alan Guedes, o estadual, do PSDB de Reinaldo e Riedel e o nacional, do PT de Lula

José Henrique Marques

A 8 meses das eleições de 2024, o eleitorado douradense tem a sensação de que o prefeito Alan Guedes (PP) disputará um plebiscito – sim ou não quanto à continuação de sua gestão. Afinal, é o único nome confirmado, até aqui, que constará nas cédulas eleitorais a serem depositadas nas urnas, em 6 de outubro. As forças políticas de oposição, principalmente o PSDB e o PT, têm dilemas internos que impossibilitam a apresentação, o quanto antes, dos desafiantes ao atual mandatário municipal.

Embora haja muito tempo para anunciar candidatos (as agremiações têm até 15 de agosto para registrar os nomes na Justiça Eleitoral), o marketing preconiza a utilização da fase de pré-candidaturas (até o início da campanha em 16 de agosto) para difundir nomes, aferir viabilidade eleitoral e buscar polarização.

É evidente que os astutos e experientes dirigentes partidários conhecem essas premissas. Ocorre que a complexidade de unificar candidaturas representantes de “n” interesses não é tarefa fácil às forças políticas fora do poder municipal.

A rigor, três projetos disputarão a hegemonia do eleitorado douradense: o municipal, do prefeito Alan Guedes, o estadual, do PSDB de Reinaldo e Riedel (respectivamente ex e atual governador) e o nacional, do PT do presidente Lula, do ex-prefeito Laerte Tetila, do ex-deputado federal João Grandão e da deputada estadual Gleice Jane.

O projeto de reeleição de Alan Guedes é líquido e certo e já está nas ruas. Queiram ou não os adversários, a popularidade do prefeito vem melhorando dia-a-dia, embora ainda insuficiente



Montagem: Eduarda Souza

para lhe assegurar um segundo mandato. De qualquer forma, a candidatura dele será competitiva depois de sair das cordas no final de 2023, com a melhora em sua gestão e o amadurecimento no trato com adversários, o que evita ruídos desnecessários.

O PSDB, dos ferrenhos opositores do prefeito, os deputados estaduais Zé Teixeira e Lia Nogueira, tem tudo para polarizar as eleições. Sob a liderança de Reinaldo, a legenda pode formar um amplo arco de alianças, por exemplo, com o MDB, do deputado estadual Renato Câmara, do presidente da Câmara, vereador Laudir Munaretto, e do ex-prefeito Braz Melo; o PL do deputado federal Rodolfo Nogueira, do deputado estadual Neno Razuk e do ex-presidente Bolsonaro, e até o União Brasil do ex-prefeito Murilo Zauith, além de uma dezena de siglas menores.

O problema do PSDB é o PSDB. Mesmo com três pré-candidaturas competitivas (Zé Teixeira, Lia Nogueira e o deputado federal Geraldo Resende) o partido está rachado pela articulação

das direções estadual e municipal que tirou o radicalista e ex-deputado Marçal Filho do PP, ou, num plano B, atrair ao ninho tucano o vice-governador Barbosinha, também do PP, numa clara demonstração de que a candidatura tuca-na deve ser enxertada.

O PT, pelas leituras de pesquisas qualitativas, é atualmente a terceira força nessas eleições, mas pode surpreender se forem lançadas pelo menos 4 candidaturas competitivas. Divididos entre as pré-candidaturas do vereador Elias Ishy e do professor Tiago Botelho, da Superintendência de Patrimônio da União (SPU), os petistas têm como bônus as políticas sociais do governo Lula, que arrebatou quase 39% dos votos em Dourados, em 2022, nas eleições presidenciais.

E o PT não marchará sozinho na tentativa de conquistar o terceiro mandato na Prefeitura, para somar aos dois de Laerte Tetila, entre 2001 e 2008. Reconhecido como um dos melhores prefeitos da história de Dourados, Tetila deixou o poder aprovado por 84% da população. A legenda,

portanto, tem muito o que mostrar e o que prometer por estar à frente do governo federal. O PV e o PC do B são aliados certos, por integrarem a Federação Brasil da Esperança. Há ainda a possibilidade de aliança com o PSB, REDE e PSOL.

A direita está dividida em vários grupos, e nesse campo sobressai o farmacêutico e empresário Racib Harb que, na eleição para prefeito de 2020, conquistou 11.410 votos, ou 11,03% dos eleitores. O deputado federal bolsonarista Rodolfo Nogueira (PL) trabalha, nos bastidores, para encaixar sua esposa, Gianni, como vice de Alan ou mesmo do PSDB, já que tem vínculos com Reinaldo Azambuja. Há ainda movimentações de outras lideranças unidas pelo bolsonarismo, mas nada, por enquanto, que venha impactar o atual cenário, onde os protagonistas são o PP, o PSDB e o PT.

Dentro desse complexo processo eleitoral, há de se considerar a liderança e capacidade de articulação do ex-prefeito e ex-vice-governador, o empresário Murilo Zauith, do União Brasil. Ele está atento aos movimentos das lideranças e irá mexer, na hora certa, certas peças desse tabuleiro político.

Com o provável apoio do PT à candidatura da superintendente da Sudeco, Rose Modesto (União), à Prefeitura de Campo Grande, é perfeitamente viável uma coligação PT-União em Dourados.

Nessa hipótese, Murilo indicaria o/a vice, restabelecendo parceria de exatos 13 anos atrás, quando a então petista, Dinaci Ranzi, foi sua vice no mandato tampão, após a crise provocada pela Operação Uragano e destituição de Ari Artuzi (PDT).

Existem outras pré-candidaturas nanicas aventadas, mas tratam-se de balões de ensaio.

De qualquer modo, o povo de Dourados está correto ao pressentir uma eleição plebiscitária. De um lado, estará Alan Guedes defendendo seu legado e, do outro, estarão o PSDB e o PT criticando a atual administração e apostando as fichas, respectivamente, nos governos de Riedel e de Lula para resolver os gargalos que penalizam os douradenses há muitos anos.

Candidato do PSDB será definido depois de pesquisas, diz deputado Zé Teixeira

O PSDB, principal partido de oposição ao prefeito Alan Guedes (PP), deve anunciar em março o candidato do partido à Prefeitura de Dourados nas eleições de 6 de outubro, depois de realização de pesquisas qualitativas e quantitativas. Essa é a programação do presidente da Executiva Municipal, deputado estadual Zé Teixeira.

Embora tenha três pré-candidaturas de peso – Zé Teixeira, o deputado federal Geraldo Resende e a deputada estadual Lia Nogueira -, o PSDB trabalha pelo retorno do ex-deputado e líder em todas as pesquisas, o radicalista Marçal Filho, que está sem partido. Se vier e como lidera as pesquisas, será o candidato.

Marçal já se desfilou do PP e, assim, perdeu a primeira-suplência de deputado estadual. À interlocutores ele confirma que voltará ao PSDB, em março, para ser o candidato do partido na sucessão de Alan Guedes.

Essa articulação de Zé Teixeira também passa pelo presidente regional da legenda, o ex-governador Reinaldo Azambuja e seu preposto Sergio de Paula, que temem enfrentar Marçal Filho e perder pela terceira vez seguida a Prefeitura de Dourados, mesmo com a máqui-



Montagem: Eduarda Souza

Zé Teixeira, Geraldo Resende, Barbosinha, Marçal Filho e, no centro, Lia Nogueira

na administrativa do Governo do Estado nas mãos, como aconteceu com Geraldo Resen-

de (para Délia Razuk), em 2016, e o vice-governador Barbosinha (PP), para Alan Gue-

des, em 2020.

Barbosinha, aliás, pode ser o ungido do PSDB (que, assim como Marçal, precisaria de trocar de partido) caso seu nome seja o consenso em torno do grupo de Reinaldo e do governador tucano Eduardo Riedel. O vice-governador tem dito que não topa entrar em bola dividida, já que está em posição privilegiada no cenário político estadual.

Construir consenso é o desafio de Zé Teixeira com a pretensão de Geraldo Resende de ter a derradeira chance de um dia administrar Dourados, seu sonho sabido e confessado.

No sábado (3/2), em entrevista ao jornalista Osvaldo Duarte, na Grande FM, o deputado federal criticou os encaminhamentos da Executiva de construção de candidatura majoritária e afirmou que disputará a convenção.

Se Geraldo perder na convenção e os ânimos não forem serenados, ele pode abrir perigosa dissidência no PSDB e ser acompanhado de outras lideranças do partido ressentidas com Marçal com o recuo nas eleições de 2020, aos 45 minutos do segundo tempo, quando também liderava com folga as pesquisas. (JHM)

Presidente do PT crê em vitória com pulverização de candidaturas a prefeito

Joca não descarta “conversas” com partidos que estão no campo da aliança nacional do governo Lula

**José Henrique Marques
e Juliel Batista**

O presidente do Diretório Municipal do PT, João Carlos de Souza, o Joca, tem a espinhosa missão de conduzir o partido de Lula nas eleições municipais de 6 de outubro. Não tem sido tarefa fácil mediar conflitos entre forças políticas locais que construíram, ao longo do tempo, o respeito de não admitir, em hipótese nenhuma, interferências externas de imposição de candidaturas ou coligações.

O PT já decidiu em instância deliberativa que disputará a sucessão do prefeito Alan Guedes (PP) e dois nomes estão colocados: do vereador Elias Ishy e do superintendente de Patrimônio da União (SPU), Tiago Botelho, cuja definição prevista é para março através da maioria dos votos de 96 delegados, a serem eleitos.

Em entrevista exclusiva à **Folha de Dourados**, Joca disse que a vitória do presidente Lula animou a militância e que os diretórios municipais devem contribuir no processo de reconstrução do País.

Joca lembrou que a construção de candidatura própria e formação de chapa de vereadores passa pela Federação Brasil da Esperança, com o PV e o PCdoB. Sinalizou ainda aliança com PSOL e Rede e admitiu conversas com outros partidos que estão no campo da aliança nacional, mas sem abrir mão da cabeça da chapa.

Na entrevista, o dirigente petista critica a administração de Alan Guedes e afirma que o PSDB de MS “consegue ser mais conservador do que em outros estados”.

Leia a seguir, os principais trechos da entrevista.

Folha de Dourados – Como o PT de Dourados está se preparando para as eleições de 2024?

Joca – Desde a eleição passada com terceira vitória do presidente de Lula. De Dourados, tivemos bons desempenhos do Tiago Botelho (candidato a senador), do vereador Elias Ishy (primeiro suplente de deputado federal) e da professora Gleice Jane, que ficou na primeira suplência de deputada estadual e que veio a assumir a cadeira com o falecimento do companheiro Amarildo Cruz.

A eleição de Lula animou muito a militância, mas sabemos que reconstruir o país não será uma tarefa simples. Temos de contribuir com esse processo, cada diretório em seus municípios. Em Dourados, o partido vem reorganizando suas secretarias e setoriais de mulheres, juventude, meio-ambiente, indígenas, combate ao racismo e criando outros, como o sindical e da assistência social, além da criação de novos núcleos. A cada dia ganhamos novos filiados e filiadas.

Como está sendo o processo de construção da pré-candidato a prefeito e da chapa



Tiago, Joca e Elias

de vereadores?

O PT definiu em plenária, em agosto de 2023, que apresentará candidatura própria para Prefeitura de Dourados, quando Elias Ishy e Tiago Botelho colocaram seus nomes à disposição. São dois nomes com grande capacidade de articulação política. Estamos fazendo o debate interno com os companheiros, buscando compreender os desafios do momento. Caso não ocorra um consenso, a definição acontecerá através de prévias ou de encontro do partido que ocorrerá em março.

É estratégico para o partido ampliar o número de representantes na Câmara de Dourados e a meta é eleger no mínimo três vereadores, vereadoras.

O PT compõe a Federação Brasil da Esperança, com PV e PCdoB, que pode lançar até 22 candidatos/as. Ao PT, provavelmente, caberá até 18 vagas, pois, até o momento, o PV e o PCdoB sinalizaram indicar dois nomes cada um. Como maior partido da Federação e experiência administrativa, o PT indicará a candidatura a prefeito.

Quanto à Câmara, criamos uma comissão eleitoral para dialogar com pré-candidatos a vereador e vereadora, e com novos filiados sobre estratégias de campanha e de nomes. Já temos uma relação de 20 nomes de vários setores: juventude, mulheres, indígenas, sindical, de combate ao racismo, educação, saúde, LGBTQIA+. São companheiros e companheiras comprometidos com as causas nas quais militam e entendem a importância da política na vida da sociedade, na construção da cidadania.

O partido terá alguma discussão sobre política de alianças com outras legendas?

O PT de Dourados entende que a melhor forma de fortalecer o partido, construir um projeto local e contribuir com o governo Lula é lançar candidatura própria a prefeito. O país está em um momento de continuar a consolidar a democracia, as instituições, fortale-

cer setores estratégicos para a soberania do país e desenvolver políticas que combatam a desigualdade. Coligações, portanto, passam por esses compromissos. Assim, o PSOL e Rede são partidos próximos, mas não descartamos conversas com outras legendas no campo da aliança nacional.

Existe a hipótese do PT abrir mão da cabeça de chapa para a Prefeitura de Dourados?

Já definimos que lançaremos candidatura própria. Há que se considerar que o PT já administrou Dourados por dois mandatos - de 2001 a 2008. Realizou um ótimo governo, com o prefeito Laerte Tetila aprovado por 84% da população. Agora é o momento de avançar, considerando que as demandas da cidade cresceram, sem o devido cuidado das últimas administrações.

Qual a sua visão sobre a corrida eleitoral desse ano, o partido se vê competitivo?

Sobre a atual administração, há claro descontentamento da população. As trabalhadoras e os trabalhadores, no dia a dia, utilizam transporte público, vão aos postos de saúde, às escolas, sabem da ineficiência, do abandono em que vivem, sem serviços básicos e de qualidade que a população merece.

O PT vai disputar a Prefeitura com chance de vencer nesse cenário que se vislumbra, com o lançamento de várias candidaturas. Entendo que teremos entre 4 e 6 candidaturas e que três campos (municipal, estadual e nacional) possuem maior potencial político. O PT é um dos principais postulantes e tem grande chance de vencer porque vai otimizar as políticas sociais de Lula.

Em torno da candidatura do atual prefeito, do PP, há sinalização de apoio do PL e de outros partidos da direita conservadora e da extrema direita elitista. Apesar da péssima administração, possuem apoio do eleitorado conservador cativo e muito recurso sinalizado pa-

ra a campanha, mas que depois deixa o povo com as mãos vazias.

O campo do governo estadual possui várias pré-candidaturas a prefeito. A questão é que o PSDB de MS consegue ser mais conservador do que em outros estados. A defesa da democracia, quando fazem, a realizam de forma envergonhada, não conseguem esconder o desconforto, pois constantemente fletam com a direita conservadora, apesar do verniz, possuem em grande medida a mesma prática. Não faltam recursos e a máquina administrativa.

O PT pensa Dourados com a população, sem largar a mão de ninguém. Por isso está preparado e é competitivo, tem projeto para apresentar e debater com a população.

Suas considerações finais.

Dourados precisa de uma administração que pense, junto com a população, de projeto para tornar a cidade um lugar de referência sobre qualidade de vida. É urgente pensar a cidade como espaço onde queremos viver e oferecer condições para nossas famílias, com sustentabilidade. Pensar na mobilidade urbana, no reordenamento de seus espaços de preservação ambiental, de suas nascentes, oferecer áreas de parques, investir em energia limpa, em coleta seletiva de resíduos, investir na cidade inteligente e sustentável, enfim incorporar as pautas importantes desse século 21.

Temos tudo para estabelecer um grande diálogo entre as universidades, os setores de educação e saúde, serviços, indústria e agricultura. Integrar nossos distritos, a população indígena e da agricultura familiar, criar um grande cinturão verde, com água potável, sem contaminação de agrotóxicos. A diversidade é nossa maior riqueza. Precisamos de uma gestão humanizada, nossa população precisa ser abraçada, cuidada.

É nessa direção que estamos desenvolvendo um Programa de Governo, escutando e debatendo com a população nessas eleições de 2024.

Racib Harb coloca nome à disposição e diz que direita de Dourados é dispersa

O pré-candidato está de saída do Democracia Cristã e conversa com outros partidos direitistas para disputar a Prefeitura de Dourados

Mariana Rocha

Um nome que se consolidou nas últimas eleições foi o do comerciante, farmacêutico e bioquímico Racib Harb, que angariou 11.410 votos na campanha municipal de 2020, ficando em terceiro lugar na disputa para a prefeitura de Dourados. Mesmo não saindo vitorioso, Racib seguiu fortalecido, preocupado com a direita em Dourados que, segundo ele, “ainda está muito dispersa”.

Racib Harb, que é filho do seu Afif e da dona Irene, irmão da Solange e pai do Matheus, tem participado dos pleitos eleitorais em Dourados há alguns anos e em entrevista a **Folha de Dourados** falou sobre a grande polêmica envolvendo a reforma da Câmara de Vereadores, comentou que não se prende a vaidades, que a direita precisa chegar nas camadas mais populares e que sente falta de vozes combativas e fiscalizadoras pelo povo dentro da casa legislativa de Dourados.

Em 2023, Racib Harb, enquanto cidadão, cumpriu um importante papel de fiscalizador ao fazer uma denúncia sobre supostos indícios de conluio entre empresas e uso de CNPJs diferentes na licitação da reforma da Câmara de Dourados. A denúncia de Racib Harb deu margem ao cancelamento do contrato e ao pedido do MPE-MS (Ministério



Racib Harb

Público Estadual) de ressarcimento de R\$ 604.431,60 aos cofres públicos pela Projeitando Construtora & Incorporadora Eireli, que fraudou a licitação realizada pela Câmara de Dourados.

“Temos um elefante branco dentro da cidade, eu tive a coragem de denunciar ao MP e desde então as irregularidades começaram a vir à tona, depois do cancelamento da primeira licitação, agora, em 6 de fevereiro, uma nova licitação será lançada, desta vez, pelo absurdo montante de 19 milhões, eu fico indignado com a insistência no erro, a so-

cidade douradense não pode aceitar uma obra com cara de nova construção, será preciso diferenciar a parte da reforma da parte que será uma construção. Precisamos de uma Câmara de Vereadores onde as pessoas possam estacionar, uma câmara que caiba muita gente, uma verdadeira casa do povo. É de se espantar que a presidência não tenha convocado uma audiência pública e pior, tenha deixado o processo licitatório chegar à situação tão temerária.” afirmou Racib.

Crítico da gestão Alan Guedes, Racib lembrou que alguns assuntos precisam ser

explorados na memória do Douradense e questionados pelos cidadãos da cidade, como, por exemplo, a taxa de lixo, calculada sob o m² e que também é cobrada de donos de terrenos baldios, “eu sempre fui contra e me pergunto o porquê, depois de tanta polêmica, agora, a prefeitura vai subsidiar boa parte da taxa durante 2024, coincidentemente, um ano eleitoral e último do mandato de Alan Guedes?”

Anunciando a saída da presidência do Democracia Cristã em razão de questões financeiras, Racib dialoga agora com outros partidos de direita e afirma que seu nome vai estar nas eleições de 2024. Recentemente ele fez a processo seletivo do partido NOVO, com quem já mantém um bom diálogo há um tempo.

Por fim, ao perguntarmos sobre o futuro de Racib em 2024 ele afirmou “não tenho vaidades, aliás, elas nunca levam ninguém a lugar algum. Vou estar no pleito, não tenho dúvidas, mas não será, necessariamente, para disputar a prefeitura, até porque, mais do que nunca, será preciso uma boa composição na Câmara de Dourados, nomes que estejam ali pelo povo e não pelo prefeito, se tivéssemos mais vereadores combativos, talvez, a reforma da Câmara não tinha saído e a decisão poderia ter sido tomada de maneira coletiva com a população.”

Comunicação & Marketing: Comunidades digitais nas eleições 2024

Mariana Rocha

Quando queremos aproximar as pessoas, construímos nossas falas e conteúdos a partir de determinados interesses, valores e objetivos e assim é que formamos as chamadas comunidades.

É importante dizer que o termo “comunidade” não se refere apenas a um grupo físico de pessoas, mas também pode se aplicar a grupos virtuais que se reúnem online por meio de plataformas digitais. Seja em jogos ou em redes sociais, um universo cada vez mais vasto, cheio de pessoas conectadas pela internet.

O fato é que para a política, as mídias digitais trouxeram uma proximidade entre eleitores e candidatos, algo nunca antes visto. No mesmo espaço das mídias digitais os atores políticos (eleitores, pessoas eleitas) passaram a promover sua participação.

Perfis políticos nas redes sociais, por vezes angariam, em números, mais seguidores do que eleitores. Na internet pessoas comuns podem expressar suas opiniões em suas contas nas redes sociais (Facebook/Meta, Twitter/X, Instagram, TikTok) e dentro de grupos de aplicativos de mensagens instantâneas (WhatsApp, Telegram, Messenger), emitindo opiniões em massa.

Ter uma presença digital significa estar disponível e acessível online. Isso facilita que colegas, eleitores e parceiros encon-



tram informações sobre você e suas habilidades a qualquer momento. A evolução constante da tecnologia exige a presença digital e não tem como estar nas redes de qualquer forma, até o mais despojado influencer possui sim, um público, uma métrica, um caminho de ser no digital.

O que são comunidades digitais?

As comunidades digitais são formadas em diversas plataformas da internet, como redes sociais, fóruns, grupos de discussão, aplicativos de mensagens e outras plataformas online. Desempenham um papel significativo nas campanhas políticas modernas, onde equipes de campanha se conectam com eleitores, mobilizam apoiadores e disseminam mensagens.

As comunidades digitais se caracterizam pela interação online entre os seus membros, um espaço para conexões virtuais e colaboração, como os famosos “Grupos de WhatsApp” ou até mesmo grupos

dentro do Facebook/Meta. No entanto, é bom tomar cuidado com a forma de se comunicar.

Uma boa comunicação dentro de uma comunidade digital pode ajudar na consolidação do eleitorado, ou, pode afastá-lo. Tudo deve ocorrer a partir do consentimento e do diálogo. Operacionalizar uma boa comunicação dentro das comunidades digitais estimula o voluntariado, uma relação muito positiva para quem está em plena campanha política. Os grupos podem, inclusive, ser aliados para a atuação da campanha nas ruas, no chão da cidade.

A presença digital das campanhas políticas de 2024

Durante a campanha das últimas eleições proporcionais (que elegem Prefeitos, Vices e Vereadores) o mundo vivia uma Pandemia e isso forçou a sociedade a estar ainda mais presente nas redes sociais para expressar sua participação social e demo-

crática. Desde então, grupos e pessoas passaram a influenciar fatos políticos e a tomada de decisão de parlamentares.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 88,5% das pessoas com 10 anos ou mais possuem telefone celular.

A ampla migração de figuras políticas para o digital agora é elemento indispensável na política, inclusive nas argumentações para as prévias partidárias, ou seja, para a escolha dos nomes que cada entidade partidária escolhe lançar em sua chapa. Os números de seguidores, as curtidas, tráfego, alcance, enfim, as métricas das redes sociais já são levadas em questão para escolher candidatos(as) com potencial.

Ainda sobre os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a faixa etária em que mais pessoas possuem o aparelho móvel é de 30 a 39 anos (20,8%) e a menor é de 10 a 13 anos (4,6%). Vale lembrar que todo cidadão alfabetizado, nascido no país ou naturalizado, com idade entre 18 e 70 anos é obrigado a votar no Brasil.

As Eleições de 2024 tem um importante elemento a ser levado em consideração: a presença digital das campanhas políticas em comunidades. Vamos ver quem vai conseguir reunir as pessoas no digital, com assertividade e ecoar seu projeto para o pleito eleitoral de outubro.

Há 11 meses, a deputada Gleice Jane concilia atividade política e tratamento médico

Deputada estadual petista assumiu mandato com a morte de Amarildo Cruz, pouco depois de ter ficado paralisada em decorrência da Síndrome Guillain-Barré

José Henrique Marques

A professora Gleice Jane nasceu para a política e essa assertiva não é lugar-comum. É membro de família de sindicalistas e quando a mãe estava grávida dela, o pai deixou de participar de uma greve com receio de ser demitido. Assim que a greve terminou, foi demitido. “Brinco que, na sequência, nasceu a filha sindicalista. Entendo que, como classe trabalhadora, temos que defender os nossos direitos, porque nenhuma conquista nos foi dada, mas sempre obtida com muita luta”, disse a deputada estadual do PT em entrevista exclusiva à **Folha de Dourados**.

Na entrevista, Gleice Jane conta como recebeu a notícia da morte do deputado estadual Amarildo Cruz, do PT, em 17 de março de 2022, dias depois de receber o diagnóstico de que contraíra a Síndrome Guillain-Barré que a deixou paralisada em uma cama, sem ter a garantia de que recuperaria os movimentos.

“Mergulhei em uma mistura de muitas emoções, de tristeza, de preocupação, de ter que organizar todo o processo do mandato ao mesmo tempo em que eu ainda não estava em condições de organizar minhas ideias, porque naquele período até o funcionamento cerebral foi prejudicado em função da síndrome”, diz a deputada, acrescentando que “foi um desafio avassalador, afinal, não era essa a forma que imaginávamos começar nossa jornada política parlamentar”.

A trajetória política de Gleice Jane é decorrente da atuação como professora, sindicalista, feminista e atuante em movimentos sociais e assumiu o mandato sob o mantra ‘Nossas lutas tomaram posse’. Desde então, sua agenda é pautada na luta por melhorias na educação, saúde, empoderamento das mulheres e direitos LGBTQIAPN+, das comunidades indígenas e quilombolas, enfim do povo humilde e trabalhador.

Leia a seguir, a entrevista na íntegra.

Folha de Dourados - Foi logo após ter ficado paralisada em uma cama, em decorrência do Guillain-Barré, que a senhora recebeu a notícia, em 2023, de que seus anos de luta se consolidaram em um mandato. Como foi esse momento e como tem sido conciliar suas responsabilidades políticas com o tratamento médico?

Deputada Gleice Jane - Imagina você realizar um sonho ao mesmo tempo em que perde tragicamente um companheiro um pouco antes de receber o diagnóstico de uma doença rara que, da noite para o dia, deixa você paralisada sobre uma cama sem ter garantia de que vai recuperar os movimentos? Esse foi um resumo do meu primeiro semestre de 2023. Ao receber a notícia do falecimento do deputado Amarildo Cruz, logo depois do diagnóstico de Guillain-Barré, mergulhei em uma mistura de muitas emoções, de tristeza, de preocupação, de ter que organizar todo o processo do mandato ao mesmo tempo em que eu ainda não estava em condições de organizar minhas ideias, porque naquele período até o funcionamento cerebral foi prejudicado em função da síndrome. E naquele momento a gente também estava com o companheiro Zeca do PT doente e internado. Então foi um período difícil para todo mundo, as com-



panheiras e companheiros do PT e as pessoas que estavam construindo com a gente esse processo. Esse episódio representou um dos momentos mais difíceis da minha vida pessoal, equilibrando entre a tristeza profunda e a determinação de levar adiante um projeto construído ao longo de tantos anos. Nesse período recebi muito apoio, que se tornou um refúgio, uma rede de energias positivas me envolveu. Foi um desafio avassalador, afinal, não era essa a forma que imaginávamos começar nossa jornada política. A perda de um companheiro foi um golpe doloroso, mas também uma oportunidade inesperada para representar as lutas que compartilhávamos. No decorrer desses dez meses, entre sessões de fisioterapia imprescindíveis, con-

cilio as atividades políticas, numa rotina intensa entre a busca por melhorias na saúde e o comprometimento firme com nosso mandato. É uma luta constante, porém, nessa batalha diária, temos conseguido preservar a saúde enquanto desempenhamos com dedicação e produtividade as funções legislativas. Até porque o mandato é coletivo. O desejo de assumir era um desejo coletivo e eu tinha a obrigação e a responsabilidade de assumir porque essa tarefa me foi dada coletivamente.

Com sua perspectiva feminista, como enfrenta os desafios de ser uma mulher em um universo político predominantemente dominado por homens?

Sempre digo que nós mulheres estamos em todos os espaços da sociedade, menos naqueles em que as nossas vidas são decididas. Se você observar desde o trabalho do cuidado doméstico até a execução de funções, inclusive políticas, como o trabalho nas campanhas eleitorais, é em sua maioria feito por mulheres. Porém, nos momentos decisivos, nos espaços onde as decisões são tomadas, a presença e participação das mulheres ainda é ínfima. Na Assembleia Legislativa somos três dentre as 24 cadeiras. Isso considerando que as mulheres são maioria no eleitorado. Esse é um ponto fundamental da nossa luta feminista: conscientizar as mulheres a ocuparem espaços de poder, de decisão. Porque quando a mulher assume esses espaços com sua visão sistêmica, ajuda a construir políticas públicas que efetivamente alcançam as crianças, os idosos, a classe trabalhadora, aqueles que mais precisam.

Ponto fundamental da nossa luta feminista: conscientizar as mulheres a ocuparem espaços de poder, de decisão.

Neste período pré-eleitoral, seu nome surgiu entre os de possíveis pré-candidatos. O que pensa a respeito e como vê sua participação no processo eleitoral de 2024?

Enquanto deputada, tenho uma preocupação com as candidaturas em vários municípios, então, estou acompanhando isso e a gente tem feito um trabalho no sentido de motivar as mulheres a se candidatarem aos cargos nas prefeituras e vereanças. Nesse ano eleitoral, trabalharemos por mais mulheres na política, tanto disputando quanto, de fato, chegando aos cargos eletivos. Esse é nosso objetivo principal. Para além disso, temos muitos nomes fortes em nosso partido e que agregariam na disputa. Tenho certeza de que a construção de candidaturas será feita de forma que a gente, como partido, ofereça à população o que temos de melhor. E que na tomada de decisão vamos caminhar em conjunto num mesmo projeto.

Enquanto deputada, tenho uma preocupação com as candidaturas em vários municípios

Como garante a representatividade plural em seu mandato, refletindo efetivamente a diversidade de opiniões e necessidades?

Assumimos o mandato sob o mantra ‘Nossas lutas tomaram posse’, porque foi exatamente isso que aconteceu. Minha trajetória política é decorrente da minha atuação como professora, sindicalista, feminista e atuante em movimentos sociais. Quando ocupei esse espaço, trouxe ao Parlamento esse coro de diversas vozes. Nossa proposta é de uma política baseada na horizontalidade, onde todas as pessoas da equipe têm voz e contribuem ativamente para a construção de legislações e políticas públicas, além de atuar constantemente num processo de escuta. Isso porque estamos sempre em um processo de escuta da sociedade organizada,



A deputada com parte da equipe de apoiadoras

dos sindicatos, movimentos sociais, organização das lutas. Nosso mandato escuta as pessoas, pois só assim conseguimos atuar de forma a atender os reais interesses das nossas bases, que sempre nor-tearão nossas ações.

Em que momento da sua atuação na área da Educação você decidiu se tornar uma sindicalista?

Esse despertar ocorreu muito cedo na minha vida. Eu venho de uma família de sindicalistas, meus tios sempre foram muito atuantes. Quando minha mãe estava grávida, meu pai deixou de participar de uma greve com receio de ser demitido. Assim que a greve terminou, ele acabou demitido. E eu brinco que, na sequência, nasceu a filha sindicalista. Entendo que, como classe trabalhadora, temos que defender os nossos direitos, porque nenhuma conquista nos foi dada, mas sempre obtida com muita luta. Então não importa se você ganha salário mínimo ou mais de dez salários. Se depende do seu trabalho para viver, você pertence à classe trabalhadora e precisa defender os direitos dessa classe. No meu caso, hoje estou deputada estadual, mas continuo sendo trabalhadora e sempre serei professora, que é a minha profissão. A gente brinca que quem vai pra área da educação obrigatoriamente já tem que ir para a luta, porque a educação sempre se constituiu a partir da luta. Eu fui provocada pelo conjunto da categoria a me dispor a ser candidata por um grupo dentro da categoria. Porque, na verdade, meu projeto pessoal não era ser sindicalista, era seguir outro caminho. Mas a gente teve uma eleição e precisava colocar um nome. E logo no primeiro momento que cheguei, como o pessoal já me conhecia do movimento estudantil, acabei escolhida pelo grupo. Então dentro de Dourados e do contexto da educação, as pessoas já me conheciam como uma liderança que lutava pela educação, antes de eu me tornar professora.

Hoje estou deputada estadual, mas continuo sendo trabalhadora e sempre serei professora, que é a minha profissão

A partir da luta sindical, o que motivou a busca por um cargo eletivo?

Sempre fui provocada pelas mulheres para ser candidata, mas nunca quis. Lembro que houve momentos em que as mulheres se organizaram e pediram para que eu fosse candidata, e eu sempre resisti, achando que essa era uma tarefa que outras pessoas poderiam cumprir enquanto eu estava na luta sindical, na luta dos movimentos sociais. Quando passei no concurso, pensei que queria ficar um tempo no anonimato, porque já vinha de uma trajetória de anos de atuação no DCE, no próprio sindicato. Mas logo que assumi a direção do sindicato já estavam me esperando pra ajudar na luta. Com o tempo, percebemos que alguns de nossos problemas eram estruturais e precisávamos de mais representação. Mas foi no golpe contra a Dilma, quando muitos da classe política viraram as costas pra ela, que decidi ir à luta e colocar meu nome, como forma de fortalecer as fileiras do partido. Naquele momento, o mais importante não era o resultado, mas não fugir da luta.

Como tem feito para transformar sua experiência como professora com a busca por melhorias na área educacional do Estado?

Comecei 2023 na sala de aula, sofrendo junto da categoria todas as burocracias impostas e que dificultam o trabalho e adoecem os profissionais. Então, quando levo esse debate para a Assembleia,



Gleice entre as ministras Marina Silva e Sônia Guajajara

ia, é com muita propriedade, porque sei exatamente onde estão os gargalos. Realizamos no ano passado uma audiência pública em parceria com o vereador Elias Ishy sobre a Revogação do Novo Ensino Médio (NEM) e ficamos muito felizes em ver, no final do ano, as mudanças que o Governo Federal fez no NEM. Mesmo não estando mais em sala de aula, a visita às escolas e a escuta com a direção, professoras e professores e comunidade escolar permanecerá sempre aberta. E sigo acompanhando de perto as lutas do sindicato. Algum tempo atrás, participei de assembleia da categoria, porque sou professora sindicalizada, e esse trabalho de representatividade é feito a partir da escuta das demandas levadas pela categoria no sindicato. Além das visitas às escolas, boa parte da atuação que fizemos junto com a Secretaria de Educação, em torno das burocracias e na provocação ao Governo do Estado, é fruto das reivindicações no sindicato. Acredito que o trabalho de representatividade na educação é sempre reivindicando aquilo que a categoria quer, o que tem demandado, pensando a partir dessa necessidade de quem está no dia a dia da escola. E o fato de eu ter estado na sala de aula até logo no início do ano passado e de conhecer todos esses problemas, além de facilitar,

ajuda no debate, no fortalecimento de uma educação melhor. Porque se o Governo realmente atender aquilo que a categoria está dizendo, a gente pode melhorar a qualidade da educação no Estado.

Qual o momento mais significativo ou o maior desafio que vivenciou desde que entrou para a política?

A política é marcante a todo momento. Ela sempre marca as mudanças, as transformações da sociedade. E eu sempre vivi tudo isso de maneira muito intensa. Embora nessa trajetória tenha muitos momentos marcantes, acho que dois deles foram importantes: o momento do golpe contra a Dilma, quando a gente começa a perder a esperança; e as eleições que trouxeram de volta a nossa esperança em 2022. Além disso é interessante também 2003, quando o Lula é eleito pela primeira vez. Eu estava na juventude ainda, mas sempre acompanhei a política desde a minha infância e sempre fiz campanha pro Lula. Desde os 10 anos de idade eu tinha uma bandeirinha do PT com a qual eu fazia campanha. Então ver o Lula entrar era um momento que a juventude, toda aquela geração de pessoas que passou assistindo TV e vendo



A deputada tem compromisso com a comunidade indígena

a fome no Nordeste, vendo um monte de situações no país, viu perspectiva de mudança, possibilidade de melhora, foi muito importante. Eu acho que são então três momentos fundamentais, muito marcantes no processo político, que é o momento em que a gente consegue ganhar, ver possibilidades de mudança com o primeiro mandato do Lula depois de muita esperança, de muita animação. Depois, vimos que não ia conseguir mudar tudo da forma como a gente queria, mas existiu muita transformação, foi muito bom para o país, para as pessoas mais pobres, e como eu venho de uma classe social baixa, vi todas essas transformações, fui uma das pessoas que sonhava em ter um futuro diferente e pude vivenciar esse futuro diferente com a mudança do governo. Depois, tem o golpe, tristeza e retrocesso, e no ano passado a recuperação desse desejo de mudança e de transformação de novo. Acho que são momentos bem interessantes.

Desde os 10 anos de idade eu tinha uma bandeirinha do PT com a qual eu fazia campanha

Como mantém sua conexão com o sindicato de professores e movimentos sociais mesmo após ingressar na política?

No processo de escuta da educação, temos levado questões pontuais para a Secretaria de Educação para as quais esperamos já neste ano de 2024 ter resultados, porque já tivemos sinalização do secretário de que grande parte daquilo que pedimos será atendido. Essa mediação que fazemos é sempre apoiada na escuta das reais necessidades da categoria, por intermédio do sindicato. A escuta qualificada é um ponto muito importante do nosso mandato. Nesse último semestre, realizamos vários seminários e audiências públicas com o intuito de saber o que os segmentos desejam, para representá-los de forma satisfatória. A partir disso, levamos adiante as reivindicações. Foi o que fizemos, por exemplo, após ouvir uma série de reclamações das comunidades indígenas sobre episódios de violência em seus territórios. Levamos relatório em mãos ao Governo Federal e pouco tempo depois foi criado pelo Ministério dos Povos Indígenas o gabinete de crise para investigar as violações aos direitos humanos. Em âmbito estadual, encaminhamos uma série de requerimentos e indicações ao Governo do Estado em busca de resposta a cada um dos questionamentos levantados pelos segmentos e também propondo ações que ajudem a mitigar os efeitos de problemas como a falta de água nas aldeias de Dourados e tantas outras questões urgentes.

Quais são seus principais objetivos na política?

Melhorar a vida das pessoas e trazer mais igualdade e justiça social para a população é uma premissa básica para mim. Para isso, precisamos atuar em conjunto, principalmente porque política não se faz sozinha. Há também as limitações impostas pelas esferas de competência. Como legislativo, posso cobrar, fiscalizar, propor, estabelecer parcerias e apontar caminhos, mas a responsabilidade maior ainda é de quem tem a caneta e os orçamentos em mãos. Mesmo assim, seguimos fazendo sempre o máximo com o que cada espaço nos proporciona. Avançamos ao próximo espaço somente quando exaurimos o anterior e precisamos ampliar a representação. Sinto que na Assembleia ainda temos muito a realizar. Porém, sabemos das urgências que muitos dos segmentos que representamos têm e precisamos atuar em conjunto para que essas necessidades sejam atendidas, porque quem tem fome e sede, por exemplo, não pode esperar.

Eleições 2024 e as novas regras eleitorais

Fernando Baraúna *



A cada Eleição já é costume ter novas regras eleitorais e esta não vai ser diferente, mesmo que a lembrança seja a de que não ocorreram alterações no ano de 2023, mas aconteceram para as eleições de 2022, o que impactará sobremaneira nestas Eleições Municipais de 2024.

Tomar conhecimento das regras eleitorais é a oportunidade de realizar um planejamento eleitoral condizente com a realidade de cada Partido Político, Candidato e Candidata, onde cada um irá, com tempo e cautela, se preparar para enfrentar o pleito eleitoral com mais possibilidade de se beneficiar da Legislação Eleitoral.

Assim, segue as principais alterações para as Eleições de 2024, lembrando que novas alterações irão surgir após as publicações das Resoluções (regras) emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que irão disciplinar as Eleições Municipais de 2024.

I – Registro de Candidatos

Cada partido político ou federação poderá registrar candidatas e candidatos para as Câmaras Municipais no to

tal de até 100% (cem por cento) do número de lugares a preencher mais 1 (um) (Lei nº 9.504/1997, art. 10, caput). (Redação dada pela Resolução nº 23.675/2021)

II – Convenção da Federação

A convenção da federação ocorrerá de forma unificada, dela devendo participar todos os partidos políticos que tenham órgão de direção partidária na circunscrição. (Incluído pela Resolução nº 23.675/2021)

III – Federação e a Cota de Gênero

Cada partido político ou federação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada gênero

No caso de federação, aplica-se à lista de candidaturas globalmente considerada e às indicações feitas por partido para compor a lista. (Incluído pela Resolução nº 23.675/2021)

IV – Relação de Bens

A relação atual de bens deverá conter a indicação do bem e seu valor declarado à Receita Federal, dispensando-se a inclusão de endereços de imóveis, placas de veículos ou qualquer outro dado pormenorizado. (Redação dada pela Resolução nº 23.675/2021)

V – Sobras Eleitorais

As vagas não preenchidas serão distribuídas pelo cálculo da média, entre todos os partidos políticos e as federações que participam do pleito, desde que tenham obtido 80% (oitenta por cento) do quociente eleitoral e que tenha candidata ou candidato que atenda à exigência de votação nominal mínima de 20% do

quociente eleitoral (Código Eleitoral, art. 109, caput, I e III e § 2º, I e Lei nº 9.504, art. 6º-A).

VI – Propaganda

Eleitoral Antecipada

Considera-se propaganda antecipada passível de multa aquela divulgada extemporaneamente cuja mensagem contenha pedido explícito de voto, ou que veicule conteúdo eleitoral em local vedado ou por meio, forma ou instrumento proscrito no período de campanha. (Incluído pela Resolução nº 23.671/2021)

VII – Impulsionamento de Conteúdo na Pré-Campanha

O impulsionamento de conteúdo político-eleitoral será permitido durante a pré-campanha nos mesmos termos da campanha, vedado pedido explícito de votos e observada a moderação e a transparência dos gastos.

VIII – Propaganda Eleitoral – Desinformação

É proibida a divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinja a integridade do processo eleitoral, inclusive os processos de votação, apuração e totalização de votos, devendo o juízo eleitoral. (Incluído pela Resolução nº 23.671/2021)

IX – Propaganda Eleitoral Preconceituosa/Discriminatória

É proibido, na propaganda eleitoral, que veicule preconceitos de origem, etnia, raça, sexo, cor, idade, religiosidade, orientação sexual, identidade de gênero e quaisquer outras formas de discriminação, inclusive contra pessoa em razão

de sua deficiência (Constituição Federal, art. 3º, IV e art. 5º, XLI e XLII; Lei nº 13.146/2015). (Redação dada pela Resolução nº 23.671/2021) e que deprecie a condição de mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia. (Incluído pela Resolução nº 23.671/2021)

Embora novas alterações irão ser incorporadas, pelo Tribunal Superior Eleitoral, nas Resoluções que irão disciplinar as Eleições Municipais de 2024, estas apresentadas já foram consolidadas nas Eleições de 2022, que, por sua vez, alteraram as regras das Eleições Municipais de 2020.

Assim, como é da natureza das Eleições, a cada pleito, novas regras são apresentadas e conhecê-las antecipadamente, por todos os envolvidos no processo eleitoral, principalmente pelos Partidos Políticos, Candidatos e Candidatas, faz toda diferença no momento de escolher a melhor decisão a ser tomada.

(* Advogado, sócio proprietário do Escritório BARAÚNA, MANGEON e Advogados Associados, Ex-Procurador Geral/Dourados-MS, Especialista em Direito Público – PUC/RS, Direito Eleitoral – Ibmecc-Damásio/SP e Direito Tributário – UNIDERP/MS, Membro Consultor da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB – 2019/2021, Membro da Comissão Eleitoral da OAB/MS e Assessor Jurídico em Administrações Públicas.

Eleições 2024: a importância de planejar a pré-campanha

Mariana Rocha

Antecipar a organização de uma ação e até mesmo de um projeto ajuda a garantir que você cumpra prazos e compromissos de maneira consistente. Ao planejar com antecedência, você constrói confiança e credibilidade com colegas, clientes e outras partes interessadas.

Nos últimos anos, a profissionalização das campanhas eleitorais no Brasil é um fenômeno que ganha destaque significativo, equipes com profissionais especializados em áreas como comunicação, roteiro, marketing político, colorismo, pesquisa de opinião, direito eleitoral, contabilidade eleitoral, mobilização de eleitores e até mesmo psicólogos são essenciais para a construção de projetos potentes e muitas vezes vitoriosos.

Planejar a pré-campanha é fundamental para reduzir gastos, sejam eles

financeiros e de recursos humanos, além disso, a organização antecipada ajuda a reduzir o estresse associado a prazos apertados e tarefas acumuladas.

Apesar da importância, muitos pré-candidatos deixam que o processo de construção de uma pré-campanha seja tocado pelas entidades partidárias e seus dirigentes, o que nem sempre acontece, muitas vezes, o cidadão e a cidadã que decidem ser candidatos são surpreendidos com falta de estrutura e muitas frustrações. Alguns desistem antes da inscrição da chapa, outros depois.

Procure empresas e profissionais com comprovada experiência e não espere para se organizar na pré-campanha, o sucesso eleitoral e a construção de uma democracia saudável precisam de maior planejamento para oxigenação das cadeiras de representação política.

Inteligência artificial: TSE deve aprovar regras para uso na eleição

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovará resolução para regulamentar o uso da inteligência artificial durante as eleições municipais de outubro. A data para votação da resolução ainda não foi definida, mas as regras serão discutidas em uma audiência.

O TSE pretende garantir a proibição da manipulação de vozes e imagens de conteúdo sabidamente inverídico para divulgação de desinformação contra a lisura das eleições e de propaganda negativa contra candidatos e partidos nas redes sociais e na propaganda eleitoral.

O objetivo é evitar a circulação de montagens de imagens e vozes produzidas por aplicativos de inteligência artificial para manipular declarações falsas de candidatos e autoridades envolvidas com a organização do pleito.

Conforme a minuta de resolução divulgada pelo tribunal, a responsabilidade pela retirada de conteúdos inverídicos

oriundos de inteligência artificial será das plataformas. Após serem notificados, os provedores deverão adotar medidas para retirar o material da internet e realizar a devida apuração dos responsáveis pela publicação. As plataformas também devem ficar proibidas de impulsionar postagens com desinformação.

Pelas regras iniciais, a manipulação de conteúdo poderá ser punida com pena de dois meses a um ano de prisão, além do pagamento de multa.

O TSE também quer garantir às agências de checagem que assinarem acordos de cooperação com o tribunal o poder de classificar conteúdos como falsos, verdadeiros ou descontextualizados.

A audiência pública sobre o tema será realizada entre os dias 23 e 25 de janeiro e será comandada pela ministra Cármen Lúcia, que presidirá o TSE durante as eleições municipais de outubro. No pleito, serão eleitos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

'Eu sou pré-candidato e não abro mão disso', afirma Marçal Filho

Mariana Rocha

Em entrevista exclusiva para a **Folha de Dourados**, o radialista e advogado Marçal Filho afirmou com todas as letras que é pré-candidato a prefeito de Dourados, falou do futuro da 94Fm e destacou a necessidade de uma gestão transparente e realmente comprometida com cada detalhe da cidade.

O pré-candidato também nomeou os articuladores de sua pré-candidatura e enfatizou que ainda não há um nome pensado para ocupar o espaço de pré-candidato(a) à vice.

Leia a seguir, a entrevista.

Folha de Dourados - Marçal Filho, como vai ser o ano de 2024 para você e para a 94FM?

Marçal Filho - Eu acredito que em 2024 vou estar ausente em grande parte do ano, isso em razão da campanha eleitoral, mas estou absolutamente tranquilo quanto ao rumo da 94Fm, pois ela já se consagrou como uma emissora de grande sucesso, uma empresa que tem me dado grandes alegrias e que vai muito bem, independentemente da minha presença.

Agora, sobre a política, eu continuo disposto a disputar a Prefeitura de Dourados e isso precisa ficar muito claro, eu sou pré-candidato em 2024 e não abro mão disso. Entendo as especulações e comentários das pessoas do meio político, sei que estão todos já preocupados com as eleições, no entanto, a grande parte da população ainda não está preocupada com isso, mas o que não posso negar é que muita gente já está cobrando que eu seja um nome na disputa de 2024.

Essa cobrança vai pesar bastante na sua decisão de disputar a Prefeitura de Dourados?

Olha, sem dúvida, ninguém pode sonhar a noite em ser candidato e amanhecer no outro dia candidato sem antes, combinar isso com



Marçal Filho

o povo, então, saber o que a população quer é essencial. Pra mim, a opinião popular é o que mais me move, as esperanças que as pessoas depositam em mim. Onde eu vou, o povo me cobra para ser o candidato delas. Muita gente ainda contesta se vou ser ou não, mas eu volto afirmar, eu sou pré-candidato e até então é o que a justiça me permite falar.

Como estão os diálogos sobre o retorno ao PSDB?

Olha, eu ainda não estou filiado ao PSDB, o cronograma do grupo que estou fortalecendo é que esse ato aconteça em março. O articulador da minha candidatura, desde o início, é o deputado Zé Teixeira. Recebi convites do presidente do PSDB de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, do governador Eduardo Riedel e também do Sergio de Paula. É natural que tenhamos mais nomes predispostos, mas eu confio muito na articulação do Reinaldo e do Zé Teixeira, nós juntos podemos aglutinar o grupo. O PSDB nunca administrou Dourados e é chegada a hora disso acontecer, no estado, o partido tem demonstrado muita sabedoria em gestão há

algum tempo. O PSDB tem o maior número de prefeitos e as maiores bancadas na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. Já conversei com a deputada Lia Nogueira, com o deputado Geraldo Resende e foram muito positivas, eles não colocaram empecilhos.

Como serão encaminhadas as conversas com outros partidos e parlamentares?

Olha, eu e o deputado Zé Teixeira temos priorizado o diálogo amplo, até porque acredito que o que precisamos aqui em Dourados é de uma força tarefa, porque as pessoas estão desesperançosas com a política e Dourados tem jeito, somos uma cidade muito forte, o que precisamos mesmo é de uma gestão de verdade, para ficarmos no patamar de cidades do nosso porte. Estamos falando com todos os partidos que já são tradicionalmente aliados do PSDB em Mato Grosso do Sul, já conversei com o deputado Renato Câmara (PMDB), já conversamos com o deputado Antônio Vaz e com o vereador Fábio Luís, do Republicanos. Tenho conversado muito com Murilo Zauith e me encontrado bastante

com ele, na verdade, lá no nascedouro da minha candidatura eu já conversava com ele e ele tem dito que vai me apoiar, ele é um grande quadro e contribui muito com todo o processo, ele já foi secretário de planejamento, já foi prefeito duas vezes, secretário de infraestrutura do estado, por isso é muito importante a convergência. Além dos políticos, tenho falado com muitos empreendedores e trabalhadores de Dourados.

E como o Marçal Filho pré-candidato pensa a respeito de uma composição de grupo para ocupar os cargos de secretários(as)?

Meu propósito é de reunir pessoas respeitadas, competentes e que vistam a camisa. Ser gestor é não ter final de semana, é estar disposto a viver um projeto. Conseguir ser eleito é ganhar o direito de trabalhar pelo povo. Quero pessoas com pé no chão, pessoas que queiram resolver os problemas e que saibam se comunicar com as pessoas, de tal forma que sejam transparentes. E se um secretário(a) não corresponder às expectativas eu não terei nenhum problema em dizer tchau e convidar essa pessoa a sair.

A sua vasta experiência em comunicação desperta uma curiosidade sobre como pensa que deve ser uma comunicação institucional da Prefeitura com a população?

Eu acho que devemos ser o mais sincero e transparente possível, eu percebo que as pessoas ficam, por muitas vezes, revoltadas não por ter que pagar impostos, mas por não ver seu dinheiro retornando para a manutenção dos serviços públicos. Nós assistimos um sem fim de matérias e peças de publicidade falando na bilionária arrecadação de Dourados, mas como esse dinheiro é usado? Quanto é gasto em cada pasta? Quais as prioridades? Uma gestão precisa demonstrar suas prioridades. O papel higiênico no posto de saúde tem que ser uma prioridade. Não se pode fingir que tudo está uma maravilha se não está.

PL e PT terão quase R\$ 1,5 bilhão para financiar campanhas em 2024

O PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, e o PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, terão as maiores fatias do fundo eleitoral para turbinar as campanhas a prefeito e a vereador nas eleições deste ano. Com as maiores bancadas no Congresso Nacional, as siglas contarão, juntas, com quase R\$ 1,5 bilhão. O montante é equivalente a 30% de R\$ 4,9 bilhões, valor sancionado no Orçamento de 2024.

O valor do fundo eleitoral quase dobrou em comparação com a última eleição municipal, realizada em 2020. Na época, no Orçamento sancionado por Bolsonaro, o fundo eleitoral aprovado foi de R\$ 2 bilhões (R\$ 2,5 bilhões em valores atualizados pela inflação).

Compensação

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido como fundo eleitoral, é abastecido com dinheiro do Tesouro Nacional e se destina ao financiamento das

campanhas políticas. Ele foi criado em 2017 para compensar as perdas impostas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, dois anos antes, proibiu as doações de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais. Em 2018, a primeira eleição após a criação do fundo, o montante foi de R\$ 1,7 bilhão.

De acordo com a projeção feita pelos cientistas políticos Henrique Cardoso Oliveira e Jaime Matos, da Fundação 1.º de Maio, o PL receberá R\$ 863 milhões para financiar as campanhas eleitorais. Já o PT terá à disposição R\$ 604 milhões. O terceiro partido com maior fatia do fundo eleitoral neste ano será o União Brasil, com R\$ 517 milhões.

O valor que será destinado ao PL é 467% maior em relação ao que o partido recebeu há quatro anos. Na época, a parcela do fundo eleitoral para a legenda foi de R\$ 117 mi-

lhões (R\$ 152 milhões em valores atuais). Já o PT receberá R\$ 138% a mais do que em 2020. Na eleição daquele ano, ganhou R\$ 201 milhões (R\$ 253 milhões, em valores corrigidos pela inflação).

Divisão

A distribuição da verba para candidatos fica a critério das cúpulas partidárias, que, em geral, privilegiam políticos com mandato. Os valores exatos de quanto cada partido vai receber serão divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no fim de junho.

Há, ainda, o Fundo Partidário, que banca atividades do dia a dia das legendas. A estimativa dos valores que serão distribuídos para as siglas levou em consideração a legislação que estabelece a divisão do fundo eleitoral para as legendas.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

NOTA

'Mulher não vota em mulher' Será?

Há na política brasileira, um tabu de que mulheres não votam em mulheres, uma narrativa rasa que serve para distanciar o eleitorado feminino de potenciais candidatas, isso porque apesar dos avanços, os desafios persistem, incluindo o enfrentamento de estereótipos de gênero, a luta contra a violência política de gênero e a busca por igualdade real nas esferas de poder. Mulher vota em mulher,

Vereador Creusimar Barbosa fala sobre seu mandato e pretensões do União Brasil

Mariana Rocha

Eleito pela primeira vez em 2020, Creusimar Barbosa (União) nasceu em 27 de outubro de 1959 na cidade de Mirante do Paranapanema (SP). Veio muito novo para o então Mato Grosso e foi criado em Vila Vargas, distrito de Dourados, de onde saiu sua maior parcela de votos.

Creusimar Barbosa conta que construiu sua vida política a partir dos princípios deixados pelo pai José Marques (Vô Cazuzá) e na política tem como exemplo seu mentor e amigo, Murilo Zauith, personalidade com vasta experiência e sucesso em diversos cargos eletivos.

Em entrevista à Folha de Dourados, o presidente do União Brasil de Dourados falou sobre as dificuldades enfrentadas por ele durante os dois primeiros anos de seu mandato, quando precisou ser internado, vítima da Covid-19, destaca em tom de gratidão o auxílio médico do Dr George Takimoto e além da doença, o vereador falou sobre a dificuldade de ir e vir dentro da Câmara de Dourados, uma vez que por ser pessoa com deficiência, encontra um sem fim de obstáculos todos os dias.

O vereador destaca o apoio dos membros do parlamento que tiveram empatia pelas dificuldades sofridas por ele, relembra que o prefeito Alan Guedes (PP) o visitou diversas vezes, manteve contato com a família e demonstrou apoio em sua recuperação, frisou diversas vezes o apoio ir-



Creusimar Barbosa

restrito de Murilo e Cecília Zauith e lembrou que grande parte dos colegas de plenário fizeram visitas e torceram por sua recuperação.

O mandato

Sobre sua atuação como parlamentar, ele destacou: “Eu e minha equipe percorremos os bairros, recebemos muitas pessoas no gabinete e eu, particularmente,

atendo dentro da minha casa. Eu procuro conversar com o prefeito e seus Secretários, até porque, o objetivo deve ser resolver os problemas.”

Em números, o mandato de Creusimar Barbosa já apresentou cerca de 500 indicações, 50 requerimentos e 18 projetos lei dos quais dois são destacados pelo parlamentar:

Lei Nº 5.156 que dispõe sobre a implan-

tação de estacionamento rotativo para pais de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida em frente de escolas Públicas Municipais, Estaduais e Particulares, destinadas para embarque e desembarque e também a lei Nº 4.868 que versa sobre o uso de carrinhos de compras adaptados, em hipermercados e supermercados, cuja iniciativa foi destaque na mídia douradense e também em veículos de imprensa de Mato Grosso do Sul.

Também foi um dos parlamentares que contestou a reforma da Câmara de Vereadores, assinou a CPI que investigou as irregularidades da licitação e já se posicionou pela construção de um novo prédio, como já proposto no passado, durante a gestão de Idenor Machado.

União Brasil em Dourados

Sobre o partido do qual faz parte e que preside em Dourados, o União Brasil, Creusimar comentou que se trata de uma sigla que já nasceu muito forte, a partir da fusão do PSL com o DEM e revelou quais são as pretensões em 2024:

“Olha, o União Brasil vai, com toda a certeza, ter uma chapa competitiva, penso que faremos de 3 a 4 vereadores. Podemos ter um candidato a prefeito e se não for o caso, certamente estaremos nas conversas políticas que vão escolher o candidato a vice para o arranjo mais competitivo das eleições. Resumindo, o União Brasil de Dourados segue firme para o ano eleitoral”, finalizou.

Eleições 2024: entenda diferença entre votos em branco e nulos

No Brasil, apenas votos dados a candidatas e candidatos são considerados válidos

Você sabe a diferença entre voto em branco e voto nulo? A dúvida sempre surge a cada dois anos, perto da realização das eleições. Além disso, eleitoras e eleitores indecisos questionam também a possibilidade de cancelar o pleito se mais de 50% do eleitorado anular o voto. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) responde agora a todas as perguntas sobre o tema. Confira abaixo.

O que é voto em branco e voto nulo?

No Brasil, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios a partir de 18 anos de idade e facultativos aos jovens de 16 e 17 anos, aos maiores de 70 anos e às pessoas analfabetas. Escolher os representantes que vão compor o Legislativo e o Executivo municipal, estadual e federal em nome do povo faz parte do exercício da cidadania de cada eleitora ou eleitor. Porém, quando o eleitor não encontra um candidato ou candidata que o represente, é possível votar em branco ou anular o voto.

A opção de voto em branco está disponível na urna eletrônica. A tecla “branco” é uma das alternativas do sistema eleitoral, afirmando a liberdade de voto de cidadãos e cidadãs. Já o voto nulo ocorre quando é digitada, na urna, uma sequência de números aleatórios que não correspondem ao número de nenhum can-



didato ou partido.

É possível anular uma eleição com votos em branco e nulos?

Não. É importante lembrar que tanto o voto em branco quanto o voto nulo são inválidos nas eleições brasileiras; ou seja, eles não têm nenhum efeito no pleito. A diferença é apenas como cada eleitor deseja invalidar o próprio voto.

Por isso, mesmo que mais da metade dos votos sejam nulos ou brancos, não é

possível cancelar uma eleição, já que a Justiça Eleitoral não considera esses votos, mas somente os votos dados a candidatas e candidatos – os chamados votos válidos. O impacto, independentemente de ser o voto em branco ou nulo, é a diminuição da quantidade de votos válidos que um candidato precisa para ser eleito.

Votos em branco ou nulos vão para algum partido?

Não. Votos em branco e votos nulos não

são contabilizados e não interferem no resultado das eleições.

Antes, o voto em branco indicava que o eleitor estava satisfeito com qualquer candidato de determinado partido ou coligação que vencesse a disputa eleitoral. Já o voto nulo era considerado como um protesto contra as opções de candidatas e candidatos no pleito. A regra mudou em 1997.

Atualmente, votos em branco e nulos servem apenas como registro da insatisfação do eleitorado com os candidatos na disputa.

O que é voto de legenda?

Quando o eleitor digita na urna eletrônica apenas os dois números que identificam um partido político de sua escolha, ele dá um voto de legenda. Nesse caso, não há manifestação por um candidato específico. A ideia é escolher qualquer candidata ou candidato de determinada legenda.

Esse voto é possível nas eleições proporcionais: para vereador e deputado federal, estadual ou distrital (no caso do Distrito Federal). Assim, o eleitor pode ajudar o partido de sua preferência a conquistar mais vagas no Legislativo, independentemente da candidata ou do candidato daquela legenda que venha a ocupá-las.

Confira as principais datas do ano eleitoral de 2024

A 06 meses para que 152 milhões de eleitoras e eleitores compareçam às urnas para eleger candidatas e candidatos aos cargos de prefeito e vice-prefeito; bem como vereadoras e vereadores, que atuarão nas casas legislativas dos municípios do país.

As eleições municipais de 2024 serão realizadas no dia 6 de outubro. Eventual segundo turno deve ocorrer no último domingo do mês (dia 27), nas cidades com mais de 200 mil eleitores em que a candidata ou candidato mais votado à Prefeitura não tenha atingido a maioria absoluta, isto é, metade mais um dos votos válidos (excluídos brancos e nulos).

Alguns prazos referentes às eleições municipais de 2024 já começaram a valer na virada do ano. Confira as principais datas:

Pesquisa de opinião

Desde o dia 1º de janeiro, todas as entidades ou empresas que realizarem pesquisas de opinião pública sobre intenção de voto em eventuais candidatas e candidatos às Eleições Municipais de 2024 devem fazer o registro prévio do levantamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O registro da pesquisa na Justiça Eleitoral deve ocorrer até cinco dias antes da divulgação dos resultados.

Janela partidária

Entre 7 de março e 5 de abril, acontece a janela partidária, período em que vereadoras e vereadores poderão trocar de partido para concorrer às eleições sem perder o mandato.

Registro de estatutos e filiação partidária

Dia 6 de abril, seis meses antes do pleito, é a data-limite para que todas as legendas e federações partidárias obtenham o registro dos estatutos no TSE. Esse também é o prazo final para que todas as candidatas e todos os candidatos tenham domi-



cílio eleitoral na circunscrição em que desejam disputar as eleições e estarem com a filiação deferida pela agremiação pela qual pretendem concorrer.

Alistamento eleitoral

Jovens que precisam tirar o título ou eleitoras e eleitores que desejam fazer a transferência de domicílio eleitoral ou alterar o local de votação têm até 8 de maio de 2024, 151 dias antes do pleito, para solicitar os serviços da Justiça Eleitoral. É importante que todas e todos consultem como está a situação eleitoral. Caso haja pendências, a regularização deve ser requerida dentro do mesmo prazo.

Fechamento do cadastro eleitoral

Após o período do alistamento, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) determina que nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência seja recebido dentro dos 150 dias anteriores à data da eleição. Portanto, a partir de 9 de maio, o cadastro estará fechado.

Teste de Confirmação do TPS

Entre os dias 15 e 17 de maio de 2024

acontece, na sede do TSE, em Brasília, o Teste de Confirmação. No evento, as investigadoras e os investigadores participantes do Teste Público de Segurança da Urna (TPS), ocorrido no período de 27 de novembro a 2 de dezembro do ano passado, voltam ao Tribunal para conferir se as soluções aplicadas pela equipe técnica foram suficientes para corrigir os achados encontrados durante a realização do TPS.

Financiamento coletivo

Em 15 de maio, pré-candidatas e pré-candidatos poderão iniciar a campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade de financiamento coletivo, desde que não façam pedidos de voto e obedeçam às demais regras relativas à propaganda eleitoral na internet.

Convenções partidárias e registros de candidatura

Entre 20 de julho e 5 de agosto é permitida a realização de convenções partidárias para deliberar sobre coligações e escolher candidatas e candidatos às prefeituras,

bem como aos cargos de vereador. Definidas as candidaturas, as agremiações têm até 15 de agosto para registrar os nomes na Justiça Eleitoral.

Propaganda eleitoral

Esse tipo de publicidade só pode ser feita a partir de 16 de agosto de 2024, data posterior ao término do prazo para o registro de candidaturas. A data é um marco para que todos os postulantes iniciem as campanhas de forma igualitária. Até lá, qualquer publicidade ou manifestação com pedido explícito de voto pode ser considerada irregular e é passível de multa.

Propaganda em rádio e TV

Pré-candidatos que apresentem programas de rádio ou televisão ficam proibidos de fazê-lo a partir do dia 30 de junho. Já em 6 de julho, passam a ser vedadas algumas condutas por parte de agentes públicos, como a realização de nomeações, exonerações e contratações, assim como participar de inauguração de obras públicas.

Horário eleitoral gratuito

A propaganda gratuita no rádio e na TV é exibida nos 35 dias anteriores à antevéspera do primeiro turno. Dessa forma, a exibição deverá começar em 30 de agosto e se encerrar em 3 de outubro, uma quinta-feira.

Prisão de eleitores

Já a partir do dia 21 de setembro (15 dias antes do dia da eleição), candidatas e candidatos não poderão ser presos, salvo no caso de flagrante delito. Eleitoras e eleitores, por sua vez, não poderão ser presos a partir do dia 1º de outubro (cinco dias antes do dia da eleição), a não ser em caso de flagrante delito, em cumprimento de sentença judicial por crime inafiançável ou em razão de desrespeito a salvo-conduto.

Eleições 2024: saiba os requisitos para concorrer no pleito

Eleitores e eleitoras de todo o Brasil vão às urnas no dia 6 de outubro escolher os novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos 5.568 municípios do país. Mas você sabe quem pode se candidatar aos cargos e quais os requisitos exigidos? As regras variam de acordo com cada cargo eletivo.

Confira a seguir as respostas às principais dúvidas de cidadãos e cidadãs sobre a elegibilidade dos representantes do Executivo e do Legislativo municipais, cargos em disputa nas Eleições Municipais de 2024.

Qual é a idade mínima para se candidatar a prefeito e a vereador?

Para concorrer à vaga de prefeito em um município, os interessados devem ter, no mínimo, 21 anos até o dia da posse. Já para a vaga de vereador, candidatos e candidatas podem concorrer desde que já tenham completado 18 anos na data do pedido de registro.

Além disso, é importante conferir todas as normas sobre elegibilidade, descritas na Constituição Federal, como comprovação da nacionalidade brasileira, alfabetização, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral e domicílio eleitoral, entre outras.

Como funciona o registro de candidatura?

No Brasil, não há candidatura avulsa. Para concorrer a uma vaga nas eleições, é requisito indispensável que a pessoa esteja filiada a um partido político. Além disso, os partidos devem registrar os respectivos estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até seis meses antes do pleito e, até a data da convenção, devem ter órgão de direção definitivo ou provisório na circunscrição da eleição. No pleito municipal, a circunscrição é a respectiva cidade.

De acordo com a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), candidatas e candidatos devem ser escolhidos em convenções

partidárias, que são realizadas no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano eleitoral. Após definição das candidaturas, as agremiações têm até 15 de agosto para registrar os nomes de candidatos e candidatas na Justiça Eleitoral.

Em 2024, os pedidos de registro devem ser apresentados aos juízes eleitorais (zonas eleitorais), já que a legislação estabelece que a primeira instância da Justiça Eleitoral é a responsável por receber e processar os registros dos postulantes aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador.

Qual o prazo para se filiar a um partido político em tempo de concorrer em 2024?

Todas as pessoas que desejam disputar

um cargo nas Eleições Municipais de 2024 precisam estar com a filiação deferida pela agremiação à qual pretende concorrer até o dia 6 de abril.

Os partidos políticos podem estabelecer, nos respectivos estatutos, prazos de filiação partidária superiores aos previstos na lei. Porém, eles não podem ser alterados no ano da eleição. A filiação é considerada aprovada com o atendimento dessas regras.

Como se filiar a um partido para se candidatar aos cargos?

Qualquer pessoa em pleno gozo dos direitos políticos, sem nenhuma inelegibilidade prevista em lei (Resolução TSE nº 23.117/2009, artigo 1º), pode se filiar a um partido político.

Cada agremiação tem as próprias regras de filiação. São os partidos que definem a forma de inscrição dos interessados e também a relação de deveres depois que a filiada e o filiado são aceitos.

E atenção: é proibido se filiar a mais de um partido político (Lei nº 9.096/1995). Tanto para concorrer a um cargo eletivo ou apenas para acompanhar mais de perto as decisões da sigla, é importante que o interessado, antes de se filiar, pesquise e entenda a ideologia, os princípios e os valores que regem o partido. (Do TSE)



Gleice Jane: um mandato comprometido com a transformação social

Educação e a luta por água potável nas aldeias de Dourados estão entre prioridades da parlamentar, que atua como representante de diversos movimentos e segmentos sociais

No seu primeiro mandato como deputada estadual, Gleice Jane (PT) levou para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul uma atuação intensa em prol dos direitos humanos e sociais. Sob o lema 'Nossas lutas tomaram posse e nossas demandas ganharam visibilidade', a parlamentar trabalhou intensamente com produção legislativa abrangendo temas como educação e a falta de água nas aldeias de Dourados.

Com a ideia de compreender melhor e poder propor políticas públicas para Dourados e toda a região, tem atuado em conjunto com a UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) pela criação de um observatório permanente sobre as demandas da sociedade.

No Parlamento, Gleice defendeu ativamente os direitos das professoras, professores e profissionais da Educação contra as constantes perseguições e dificuldades enfrentadas e conhecidas de perto pela deputada. Também atuou sobre diversos outros temas de interesse da categoria, como a municipalização da Educação.

A preocupação com os povos indígenas sempre esteve presente em suas ações. Ela participou ativamente de discussões sobre meio ambiente, sustentabilidade e soberania alimentar em Dourados, ouvindo as reivindicações dos indígenas e tomando ações para apurar situações que afetam essas comunidades.

Gleice muito atuou na busca por soluções emergenciais para a falta de água em áreas indígenas de Dourados, principalmente as de retomada. Sobre essa pauta, chegou a se reunir com diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, o mestre em Economia e doutor em Integração da América Latina, Enio Verri, a quem levou pedidos pela ampliação do apoio a projetos de sustentabilidade para as comunidades indígenas e áreas de retomada na Grande Dourados e região Cone Sul Fronteira, que enfrentam problema crônico de falta de água.

Atuação legislativa

Também atuou de maneira intensa para combater os problemas que afligem as comunidades indígenas, pelo meio ambiente, na luta sindical, pelos direitos das mulheres e LGBTQIAPN+ criando canais de escuta qualificada. Essa abordagem participativa a levou a diversas regiões do Estado, incluindo assentamentos, aldeias indígenas e comunidades rurais, além de atender às demandas partidárias.

Foram apresentadas 81 proposições, incluindo projetos de lei, requerimentos, moções e indicações. Entre as iniciativas notáveis do mandato, destacam-se quatro audiências públicas e dois seminários voltados a ouvir necessidades específicas de diferentes grupos da educação, cultura, enfermagem, sobre a saúde das mulheres e grupos empenhados em práticas de alimentação saudável e sustentável.

Após audiência pública sobre a implantação da Lei Paulo Gustavo e atua-



ção conjunta, todos os municípios do MS aderiram ao cadastramento para projetos estarem aptos a receberem recursos. Outra audiência debateu a revogação do NEM (Novo Ensino Médio), buscando ampliar o diálogo democrático com a comunidade escolar. Poucos meses depois, o Governo Federal anunciou mudanças no NEM.

Em resposta à alarmante agressão a um jornalista canadense e sua equipe e à denúncia de sequestro de uma família Guarani-Kaiowá durante a assembleia Aty Guasu, a deputada protocolou requerimento de informações à Sejusp (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública). A solicitação visa esclarecimentos sobre as medidas adotadas pelo Estado diante das recentes denúncias de violações de direitos humanos contra as populações indígenas Guarani-Kaiowá, tema sobre o qual fez diversas agendas e ações em busca de uma solução conjunta.

Na área da saúde, a deputada promoveu audiência em parceria com o Sintss-MS para valorizar a enfermagem, buscando melhores condições de trabalho e cumprimento do piso salarial. Além disso, o Seminário "Saúde das Mulheres: Especificidades e Diversidade", organizado em conjunto com outras parlamentares do PT e a Coletiva Sempre Vivas, marcou o início de discussões

sobre a saúde das mulheres no Estado, enfatizando a importância do acesso à saúde sem distinção de grupos.

Gleice Jane também apresentou projetos de lei visando à valorização da cultura local e a promoção de igualdade de gênero. Com a Copa do Mundo de Futebol Feminino, a parlamentar trouxe para fora dos gramados a discussão sobre a necessidade que haja incentivos

igualitários no esporte. Sua proposta é pela paridade de gênero na divisão de recursos públicos destinados ao incentivo de modalidades esportivas, assegurando que nenhum gênero receba menos de 30% dos recursos.

Teve aprovada a instituição do Dia da Mulher Artista Sul-matogrossense em homenagem a Lídia Bais. Propôs ainda a criação da Semana Estadual de Conscientização e Educação sobre a Entrega Legal de

Crianças para Adoção.

Por unanimidade foi aprovado seu projeto de lei que estabeleceu o "Dia Estadual da Consciência sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis", com o objetivo principal promover a conscientização da população sobre essas doenças, seus fatores de risco, prevenção, tratamento e controle.

Assim como o projeto que instituiu a Semana Estadual do Livro, Leitura e Biblioteca em Mato Grosso do Sul, a ser incorpora-

da ao Calendário Oficial de Eventos do Estado na última semana de outubro.

Em um compromisso alinhado com as pautas que norteiam seu mandato, a deputada estadual Gleice Jane destinou seus recursos de emenda parlamentar para áreas essenciais em 21 municípios de MS. Entre recursos enviados às prefeituras, escolas e entidades, o montante de R\$ 2 milhões contempla as áreas da saúde, educação, assistência social e políticas públicas para as mulheres.

Na tribuna da ALEMS, trouxe à tona uma preocupante questão ambiental e de saúde pública, ao abordar os resultados de uma pesquisa conduzida pela Embrapa Agropecuária Oeste, que analisou os níveis de poluição no Rio Dourados devido à presença de agrotóxicos. No Dia Mundial da Alimentação, ampliou a discussão sobre o tema ao realizar a audiência pública sobre os 'Caminhos para uma alimentação saudável e sustentável'.

Interlocução com o Governo Lula

Em visita a Brasília, a deputada entregou à ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, um relatório contendo reivindicações dos povos Guarani Kaiowá. O documento foi elaborado com base na escuta feita durante o Seminário Povos Indígenas: meio ambiente, sustentabilidade e soberania alimentar realizado em Dourados. Pouco tempo depois, o Ministério dos Povos Indígenas anunciou a criação de um gabinete de crise para acompanhar as violações de direitos dos Guarani Kaiowá.

A parlamentar também aproveitou sua estadia na capital federal para participar do 1º Encontro Nacional Das Casas da Mulher Brasileira, onde defendeu a criação de uma Casa da Mulher Brasileira em Dourados, visando proporcionar um atendimento inclusivo e respeitoso às mulheres, com atenção especial às indígenas em situação de vulnerabilidade. No último mês, foi publicada no Diário Oficial da União a liberação de R\$ 250 milhões para a construção de mais 13 Casas da Mulher Brasileira, incluindo a de Dourados.

Também se reuniu em Brasília (DF) com Márcio Macêdo, Ministro da Secretaria-geral da Presidência da República, para discutir medidas de aprimoramento das políticas públicas no Mato Grosso do Sul. Durante o encontro, Gleice Jane compartilhou reivindicações obtidas por meio de escutas realizadas em seu mandato e solicitou atenção especial do Governo Federal para as necessidades de MS.

A atuação da deputada Gleice Jane reflete um compromisso com a igualdade, a justiça social e o respeito aos direitos humanos em Mato Grosso do Sul. Seu mandato tem sido pautado pela participação popular e pela busca de soluções para os desafios enfrentados pelas comunidades do estado. Ao levar suas demandas a Brasília, a parlamentar busca fortalecer diversas lutas, como pelos direitos das mulheres e das comunidades indígenas, buscando apoio e parcerias no governo federal para promover políticas públicas mais efetivas em MS.

